

Deus na escola pública¹

ESTHER MUCZNIK *

Em finais de 2005, a Comissão de Liberdade Religiosa foi informada de que estava em circulação um manual escolar que veiculava estereótipos negativos a propósito dos judeus. De que se tratava, afinal? O manual em questão² inseria, a propósito do estudo de Gil Vicente, o seguinte exercício sobre o funcionamento da língua:

Tendo em conta que, por vezes, são associados valores afectivos às palavras (de valoração ou desvalorização), indica os significados dos vocábulos destacados, nas seguintes frases:

- Cuidado com aquele malandro, que ele é um verdadeiro judeu.
- Os judeus habitam nas judiarias.
- Não faças judiarias ao animal.

Este exemplo significativo, assim como outros de que entretanto tivemos conhecimento, levou-nos a procurar investigar melhor a imagem da religião e das religiões nos manuais escolares. Com efeito, todos nos apercebemos da imensa ignorância que grassa em Portugal em relação às religiões, incluindo a própria religião católica. Uma ignorância relacionada, em primeiro lugar, com a ausência do estudo do fenómeno religioso nos programas escolares e, em consequência, nos manuais escolares.

* Vice-presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, membro da Comissão Permanente da Liberdade Religiosa.

Esta ignorância não deve ser vista apenas como uma lacuna do conhecimento intelectual, o que já de si é importante. É mais do que isso: com efeito, gerações inteiras são educadas no total desconhecimento das bases da sua própria civilização, da sua cultura e dos seus valores. Não se trata de defender o proselitismo religioso nas escolas, trata-se, sim, da importância da compreensão em profundidade do mundo que nos rodeia, da compreensão de que a história não é o que Joseph Heller chamou de «caixote de lixo de coincidências aleatórias sopradas pelo vento»³.

A modernidade – associada ao Iluminismo europeu – pôs em questão a importância de quase tudo o que está associado à palavra religião. O novo paradigma era a ciência, condição absoluta do progresso social e humano, capaz por si só de forjar um mundo melhor. De forma dramática, o século xx veio desmentir esta ilusão e fazer-nos entender que o extraordinário desenvolvimento da ciência não prescinde de difíceis escolhas morais e que as grandes religiões, com a sua longa história de reflexão sobre essas questões, devem fazer parte do espaço e do diálogo público e, em primeiro lugar, do ensino público, mesmo num Estado laico.

Como fazer? Propor ao Ministério da Educação, a Associações de Professores ou simplesmente a escolas, projectos extracurriculares que envolvam os alunos em actividades capazes de despertar o interesse pelas diversas religiões, já que os programas não os contemplam? Devem representantes das diferentes confissões ir às escolas dialogar com os alunos e professores como muitas vezes sucede, a pedido dos próprios professores? Certamente que essas iniciativas têm o seu lugar, mas a verdade é que nada substitui a própria integração do fenómeno religioso no currículo escolar. Mais, aquelas iniciativas só têm algum resultado quando enquadradas por uma investigação e um conhecimento críticos das diferentes religiões. Mas para isso é necessário vencer a ideia largamente partilhada na nossa sociedade de que num Estado laico o ensino e a investigação crítica das religiões não têm sentido e que este, sendo exclusivamente assunto do foro individual e privado de cada um, apenas tem lugar nas aulas de Religião e Moral Católicas ou das outras religiões.

Nunca se falou tanto, nomeadamente nos meios de comunicação social, sobre o fenómeno religioso, mas nunca como hoje ele foi tão ignorado, tão pervertido e instrumentalizado. Ouvimos obsessivamente as palavras «fundamentalismo», «extremismo religioso», «guerra santa», «fanatismo», «conflito religioso»; o discurso público está saturado de «informação» dita religiosa, mas sabemos cada vez menos, não apenas o significado dessas palavras, como também, de uma forma geral, de que se fala quando se fala de religião. Os manuais escolares são o reflexo dessa saturação e dessa ignorância.

Os manuais são um dos principais veículos, senão mesmo o principal, do programa escolar. É neles que o professor se apoia para dar o programa e é, em grande parte, através deles que o aluno estuda, aprende e forja o seu conhecimento do mundo. Não sendo – sobretudo no mundo de hoje – a única fonte de aprendizagem, eles são um complemento fundamental do ensino. Para além de fornecerem os conteúdos de aprendizagem dos jovens, influem também na sua formação pessoal, na sua visão da vida e do mundo. São pois um reflexo privilegiado não só do lugar do fenómeno religioso no sistema de ensino, mas sobretudo das relações entre a religião e a sociedade.

Assim, a investigação realizada teve como objectivo o conhecimento da forma como a religião é abordada nos manuais escolares. O número de manuais analisados⁴ e o método de selecção e tratamento dos mesmos foi suficientemente significativo para nos dar uma imagem realista do tema em questão e permitir algumas conclusões, sempre sujeitas, como não podia deixar de ser, a debate e a controvérsia.

Uma perspectiva laicista

Se procurarmos elementos de estudo das religiões nos manuais escolares, rapidamente chegamos à conclusão de que eles são muito limitados, sobretudo no segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico, entre o 5.º e o 9.º anos. Apenas no 10.º ano o currículo escolar impõe o estudo mais detalhado do papel do Cristianismo na identidade civilizacional da Europa, assim como o estudo da Reforma e da Contra-Reforma. Nos manuais de Língua Portuguesa encontram-se referências ao fenómeno religioso se o autor em estudo e a sua obra tiverem alguma relação com ele (Gil Vicente e o *Auto da Barca do Inferno*; Saramago e o *Memorial do Convento*), ou em textos alusivos ao Natal e a outras efemérides. Nesta disciplina, estudam-se (e bem) páginas da *Iliada* e da *Odisseia*, mas sobre a Bíblia, raramente mais do que uma definição linguística: «Bíblia é uma palavra de origem grega. O seu significado é um livro, rolo.»⁵

Assim, nos anos decisivos da formação do adolescente – dos 11 aos 15/16 – não há nos manuais de Língua Portuguesa, de História e de Formação Cívica analisados nenhuma introdução séria ao fenómeno religioso, mesmo da religião cristã, onde as poucas explicações pecam pelo simplismo e pela falta de rigor, e são frequentemente substituídas por exercícios opinativos, tais como: «Consideras as razões religiosas, razões válidas para se fazer uma guerra? Haverá razões que justifiquem uma guerra? Haverá guerras justas?»⁶

Com efeito, substituindo-se a uma análise séria do fenómeno religioso, emerge do conjunto dos manuais analisados uma imagem da religião ao longo da história sobretudo como factor de conflito e até de atraso. Os manuais debruçam-se sobre a Reconquista Cristã, sobre as Cruzadas, sobre a Guerra Santa do Islão, sobre as guerras religiosas dos séculos XVI-XVII, os judeus e o conflito israelo-palestiniano; evoca-se a escolástica contra o Renascimento, o dogmatismo religioso contra as Luzes e a modernidade... mas raramente as religiões são abordadas numa perspectiva analítica e comparativa, a sua influência não só histórica, mas moral e civilizacional decisiva. Consequentemente, a tolerância surge naturalmente como produto do laicismo, daqueles «que não têm qualquer religião»⁷.

Assim, a primeira conclusão relativamente ao estudo das religiões nos manuais escolares é que a ausência de estudo sério do fenómeno religioso e a sua apresentação sobretudo como causa de conflito reflectem a perspectiva laicista presente no Ocidente europeu, que evacuou a religião do espaço e do ensino público. Retoma, para o ensino, a visão tão bem expressa há cerca de cem anos por Afonso Costa⁸ e reproduzida em numerosos manuais:

Está admiravelmente preparado o povo para tal lei [de separação do Estado da Igreja]; e a acção da medida será tão salutar que em duas gerações Portugal terá eliminado completamente o catolicismo que foi a maior causa da desgraçada situação em que caiu.

Em segundo lugar, apesar do apagamento do fenómeno religioso, da falta de informação e de rigor sobre o mesmo, a ideia com que se fica após a consulta dos manuais é a de que religião só há uma, a cristã, mais propriamente a católica, o resto é cultura ou folclore dos «portadores de diferença»⁹. Apesar de referências «esclarecedoras» do tipo «No Alcorão, Alá é considerado como deus único e omnipotente, tal como acontece com o Javé dos judeus ou o Deus dos cristãos. Na realidade, trata-se do mesmo Deus»¹⁰, Deus é exclusivamente cristão, mais propriamente católico. O Islão é apresentado sobretudo sob a forma de contributos linguísticos ou culturais, ou então a propósito de lendas que alimentam a mitologia, nomeadamente de amores impossíveis entre cristãos e mouros e relatos de bravura e honradez nos combates pela Reconquista. Quanto ao Judaísmo, é o que sai mais maltratado: a presença dos judeus em Portugal ao longo dos séculos é quase ignorada e a religião judaica a mesma coisa; em contrapartida, os estereótipos abundam. As outras confissões, presentes em território nacional, tais como hindus, budistas ou bahaístas, simplesmente, não constam.

Finalmente, nas actividades pedagógicas, recorre-se com frequência a analogias históricas, as quais na sua maioria impedem a análise clara das questões,

substituindo-as por julgamentos de valor. Apenas um exemplo de actividade proposta:

Para além de empresa política, que permitiu a formação de reinos e a afirmação de monarcas, a Reconquista teve uma dimensão religiosa, patente no espírito de Cruzada e de Guerra Santa com que Cristãos e muçulmanos se enfrentavam. E hoje, em Portugal, na Península Ibérica, na Europa, no Mundo, que manifestações de ódio, intolerância, fanatismo, e até guerra, por motivos religiosos podemos encontrar? O que pensa destas condutas? Existem motivos que as justifiquem? Sabe o homem respeitar a diferença?¹¹

Estas tentativas de analogias históricas, além de anacrónicas, são altamente questionáveis do ponto de vista pedagógico. Os acontecimentos tornam-se, assim, pretexto para afirmar convicções e tecer considerações gerais, em vez de serem analisados em si mesmos.

É evidente que, quando se analisa criticamente os manuais, existe a tendência para realçar os aspectos negativos e para não destacar os aspectos positivos, o que pode ser injusto, tanto mais que os manuais são o reflexo dos currículos escolares. Há nos manuais analisados bons textos seleccionados e bem inseridos, uma preocupação pedagógica relativa à aprendizagem do aluno e uma organização relativamente clara do programa. Mas, em relação ao fenómeno religioso, este é definitivamente relegado para as aulas de Religião e Moral Católicas. É evidente que os manuais não podem, nem devem, ser compêndios de história das religiões, mas é essencial que o aluno possa entender desde o início a importância da religião no mundo e no ser humano, e que esta não seja vista apenas como a causa de guerras e atrocidades. Que os manuais sejam capazes de dar conta, com seriedade, da abrangência e vastidão do mundo religioso, da sua presença nos diversos continentes, na Europa e em Portugal.

O Cristianismo: a fé contra a razão

Apesar de, como já foi referido, o Cristianismo – mais propriamente o catolicismo – surgir praticamente como a única religião «reconhecida», a sua imagem e apresentação é, sobretudo entre o 5.º e o 9.º anos, não apenas insuficiente, como também eivada de erros e simplificações que revelam ignorância dos próprios autores dos manuais e induzem os alunos em erro.

Na grande maioria dos manuais, o Cristianismo parece surgir... do nada: «Durante o Império Romano nasceu na Palestina, uma nova religião que viria a

difundir-se rapidamente: o Cristianismo»¹²; «O cristianismo, uma nova religião fundada por Jesus Cristo»¹³; «Entretanto nasce em Belém da Judeia Jesus Cristo que vai pregar uma religião inovadora pelos valores que defende (amor, bondade e igualdade entre os homens) e por reconhecer um único deus – Javé –, sendo por isso, uma doutrina monoteísta»¹⁴; «Foi numa província do Império Romano, a Judeia, que surgiu o cristianismo, religião pregada por Jesus Cristo. Jesus defendia a existência de um único Deus»¹⁵; «Aos trinta anos, [Jesus] começou a pregar uma nova doutrina baseada na crença num único Deus (monoteísmo) e também na igualdade entre todos os homens»¹⁶...

Podiam citar-se muitos mais exemplos destes, que revelam ou uma ignorância dos autores ou uma simplificação redutora que induz os alunos em erro. Com efeito, nem Jesus criou uma nova religião, nem inovou no monoteísmo, o qual como se sabe já era apanágio do Judaísmo, religião na qual Jesus nasceu e permaneceu até à sua morte. Significativamente poucos são os manuais que se referem à sua origem judaica...

Mas o problema situa-se não tanto ao nível da descrição histórica, mas sim na visão que a ela preside, e na interpretação pessoal dos autores das referências religiosas, éticas e teológicas. A religião e, neste caso o Cristianismo, é frequentemente apresentado como um produto da ignorância, que, em dada altura, teve um papel importante, mas que, hoje, com o desenvolvimento da ciência, está condenado a desaparecer: «No século XIII, as pessoas eram muito religiosas. Por todo o país, em qualquer aldeia, por mais pequena que fosse, se encontrava uma capela, igreja ou simples ermida [...]. Mas naquela época, a ciência era muito atrasada. Confundia-se magia com conhecimentos científicos.»¹⁷

Ou ainda: «Naquela época, a importância do Papa como chefe espiritual da Cristandade era muito importante...»¹⁸

Sobretudo a partir do Renascimento, o Cristianismo surge como uma força retrógrada, contrária ao desenvolvimento científico, humano e social, recorrendo a meios bárbaros para impor o seu poder: «A Razão contra a opressão da Igreja – grande responsável pelo atraso cultural da época – assim como do Estado absoluto que criava uma sociedade extremamente injusta.»¹⁹ Ou, no mesmo manual, o seguinte exercício proposto aos alunos: «Identifique os grandes responsáveis da superstição e do obscurantismo até ao século XVIII.» Sabemos que em determinadas épocas históricas foi mesmo assim. Mas será que foi só isso? Os autores dão a sua opinião: «Todavia, os resultados do Concílio [II] ficaram aquém das expectativas. Em matéria de costumes e moral (como as relacionadas com a contraceção) e de dogmas (como o celibato), a Igreja Católica manteve-se arraigadamente conservadora, não conseguindo deter a vaga de

des-cristianização.»²⁰ Mais uma vez, a opinião dos autores induzindo uma determinada leitura histórica...

O Islão: histórias da «moura encantada»

Do ponto de vista religioso, o Islão é apresentado mais do que sucintamente: «Os seguidores do islamismo são conhecidos pelo nome de muçulmanos.»²¹ E, por vezes, com a confusão muito comum entre os termos «árabe» e «muçulmano»: «*al-Ilah*: Deus, divindade máxima para os árabes.»²² A referência mais frequentemente relacionada com a religião muçulmana é o conceito de «Guerra Santa», presente em grande parte dos manuais: «... os crentes desta religião – muçulmana – tudo fizeram para a levar a outros povos (Guerra Santa).»²³ Ou: «O Islamismo defende a guerra santa contra os infiéis (Jihad).»²⁴ Ou ainda: «Um dos princípios existentes no Corão é o da Guerra Santa (Jihad) ou seja a defesa do Islão sob todas as formas.»²⁵ Depois de despreverem os Cinco Pilares do Islão, garantem assim os autores de outro manual: «Mas, para além destes princípios, que devem ser integralmente respeitados, desde logo se estabeleceu ao crente a obrigação da Jihad, a guerra santa, destinada a espalhar a fé.»²⁶

A questão da mulher também surge relacionada com o Islão: «Mulheres – talvez o exemplo mais escandaloso de discriminação de um tipo de pessoas seja o que os países muçulmanos fazem às mulheres. Aí, elas não só estão submetidas ao marido, como não podem sair sozinhas, e não têm virtualmente direitos nenhuns.»²⁷

Redutora e questionável, do ponto de vista religioso, a apresentação do Islão sobretudo entre o 5.º e o 9.º anos, é mais detalhada sobre a herança da «Moura Encantada», embora por vezes sob uma forma algo «folclórica» e romantizada de lendas ou dramas amorosos, ou insistindo no carácter exótico e sensual da sua cultura. A inserção de alguns textos sobre «*As Mil e Uma Noites* – Contos árabes de origem persa»²⁸, ou «Como Xerazade “dotada de surpreendente beleza” se salva»²⁹, alimentam assim nos manuais portugueses um gostinho «exótico», impregnado de sensualidade, em comparação com o «cinzentismo» do Cristianismo: «Os jovens estudantes cristãos achavam os “livros cristãos uma grande ‘seca’ quando comparados com os dos árabes” – verdadeiro ou falso?»³⁰

A partir da fundação da nacionalidade, nunca mais se ouviu falar da presença muçulmana, em Portugal, nem sequer na actualidade, a propósito da descoloniização e da constituição de uma comunidade islâmica em Portugal. Talvez por

isso, os autores de um manual façam a seguinte pergunta aos alunos: «Será o islamismo uma religião do passado?»³¹

Em contrapartida, sobretudo já nos 11.º e 12.º anos, as únicas referências dizem respeito à actualidade política internacional, veiculando normalmente as opiniões pessoais dos autores e mais uma vez confundindo conceitos: «Também designado por integrismo, o fundamentalismo representa uma reacção extremista à ocidentalização sofrida pelas sociedades muçulmanas durante o domínio estrangeiro.»³² Com efeito, nem o integrismo é a mesma coisa que o fundamentalismo, nem a relação de causalidade defendida pelos autores é um facto histórico, mas sim um julgamento opinativo, mais que controverso.

Em síntese, a partir da análise dos manuais consultados, o Islão está relativamente bem documentado no que respeita à herança árabe em Portugal. Esta herança é, no entanto, abordada apenas do ponto de vista cultural e acaba com a Reconquista, silenciando quase totalmente a presença islâmica em Portugal desde a fundação da nacionalidade até aos dias de hoje. Do ponto de vista religioso, a análise da religião islâmica é claramente insuficiente e mais uma vez pouco rigorosa, misturando e confundindo conceitos. Finalmente, na parte do programa referente à história contemporânea, as opiniões pessoais – guiadas por uma ideologia «politicamente correcta» muito em voga, simultaneamente autculpabilizante e eurocêntrica – tendem a sobrepor-se à análise factual: «E por falar em modernidade, não tem sido na recusa do seu materialismo e do seu relativismo moral que, por esse mundo fora, muçulmanos, hindus e judeus protagonizaram, desde os finais dos anos 70, grandiosas e violentas manifestações de fundamentalismo religioso?»³³

O Judaísmo: ausente da história, presente nos estereótipos

Como acima foi referido, nos manuais escolares analisados, é o Judaísmo que sai mais maltratado. Em primeiro lugar, porque a religião judaica é praticamente silenciada e as poucas referências existentes são, em geral, negativas ou truncadas. Em seguida, porque, voluntária ou involuntariamente, veiculam frequentemente os estereótipos mais básicos do antijudaísmo medieval. Em terceiro lugar, porque na sua grande maioria ignoram a presença judaica em Portugal ao longo dos séculos, evocando-a invariavelmente apenas e sobretudo como vítimas da Inquisição. Finalmente, porque cedem à tentação de estabelecer comparações abusivas entre as vítimas judaicas – da Inquisição e sobretudo do Holocausto – e os palestinianos de hoje.

Assim, do ponto de vista da religião judaica propriamente dita, raramente esta aparece como estando na gênese do Cristianismo – e do Islão – e quando surge é, em geral, de forma negativa: «Ao ritualismo formalista dos judeus e dos Romanos, Cristo opõe a exuberância da vida afectiva»³⁴; «O Cristianismo conservou do Judaísmo uma característica fundamental: a sua intolerância»³⁵, e o «sentido totalitário e universal da sua doutrina que defendia a existência de um Deus único»³⁶.

Praticamente inexistentes do ponto de vista religioso, os judeus estão presentes nos estereótipos:

Podem resumir-se a quatro, as causas do anti-judaísmo em Portugal, no início do séc. XVI – os judeus enriqueciam facilmente de maneira pouco clara, sendo-lhes atribuída ganância e a usura; ocupavam profissões importantes em grande percentagem, o que dificultava às outras pessoas o acesso a elas; assumiam grande prestígio sociopolítico, dada a sua cultura e situação socioeconómica desafogada; eram fanáticos seguidores da sua religião, desrespeitando ao mesmo tempo os valores e costumes cristãos.³⁷

Ou ainda estas palavras postas na boca de Gil Vicente numa entrevista imaginária (imaginada pelos autores do manual):

O judaísmo, tal como os outros credos, merece ser respeitado. Infelizmente, no meu tempo, esse respeito não existia porque o fundamentalismo católico era avassalador. [...] Mas também não tive qualquer espécie de dúvida em criticar a ganância judaica, nomeadamente que penhorava os bens dos humildes e ganhava a vida na agiotagem.³⁸

E a propósito da análise sociológica da personagem do «onzenheiro» do mesmo Gil Vicente: «Eis um cristão que conservava algo em comum com os judeus: a sua paixão pelo capital. Era um usurário que enriquecia à custa dos altos juros que emprestava aos necessitados.»³⁹ No mesmo manual, refere-se ainda como uma característica judaica o «proverbal apego ao dinheiro».

Mesmo os exemplos escolhidos para ilustrar a necessidade de combater o «racismo e os preconceitos» acabam muitas vezes por surtir um efeito contrário: «os cristãos-novos [...] não eram bem aceites na sociedade [...] por os considerarem herdeiros dos odiados judeus que viviam do empréstimo de dinheiro a juros»⁴⁰. Num texto com o título «A doutrina nazi», refere-se que «Adolf Hitler [...] encestava uma perseguição feroz aos comunistas [...] e aos judeus (povo que enriquecia à custa do comércio e, sobretudo, do empréstimo de dinheiro a juros), acusados de prejudicar a economia alemã»⁴¹. A recorrente ausência de distanciamento crítico

por parte de muitos autores de manuais acaba assim por reforçar os estereótipos e preconceitos que afirmam querer combater.

Presente nos estereótipos, o Judaísmo está praticamente ausente da história nacional ou mundial. Desde a formação da cristandade ocidental e desde a expansão islâmica, até ao Portugal contemporâneo, raros são os manuais que evocam a presença milenar judaica – bem anterior à própria fundação da nacionalidade –, a existência de comunas judaicas medievais de Norte a Sul, os contributos culturais, científicos e financeiros para a expansão ultramarina e para o país. Até mesmo quando se fala no Al Andaluz e na convivência de culturas se apaga o Judaísmo: «Dois Mundos na Península»⁴² (o cristão e o muçulmano). O próprio Maimónides, o grande filósofo judeu espanhol da Idade Média, é apresentado como muçulmano num texto intitulado «A Herança Muçulmana na Península»⁴³.

Em contrapartida, é referida com relativa frequência a instauração do Tribunal da Inquisição, os seus métodos e principais vítimas em Portugal, embora mais uma vez, sem a distanciação crítica necessária: «Este tribunal julgava todos aqueles que não respeitavam a religião católica e os bons costumes.»

A questão do Holocausto é mais amplamente referenciada, através dos textos de Anne Frank, de Ilse Losa ou de historiadores vários. Mas, com alguma frequência, esses textos servem mais de pretexto para debater generalidades do que propriamente para analisar o genocídio judaico em si mesmo. A propósito de um texto de Ilse Losa, por exemplo, sobre o regresso de um jovem do campo de concentração, eis a proposta de trabalho dos professores: «Escreve 3 frases sobre os malefícios deste terrível flagelo – a guerra. Escreve mensagens a favor da PAZ no mundo»⁴⁴... Porque não tratar as questões em estudo de forma concreta em vez de se refugiar em generalidades? Não temem os autores que esta visão «utilitarista» do passado apenas tenha como corolário a ignorância e a indiferença?

Finalmente, a promiscuidade inadmissível com o conflito israelo-palestino: «Ser judeu na Idade Média europeia era tão incómodo como ser partidário de Yasser Arafat no Israel dos nossos dias.»⁴⁵ Ou ainda esta sugestão de trabalho de grupo sobre o *Auto da Barca do Inferno* de Gil Vicente, propondo a actualização da figura do judeu sob a forma de «um israelita fanático que participa em acções terroristas contra os palestinianos»⁴⁶. Ainda na disciplina de Língua Portuguesa, aconselha-se, a propósito (!) do estudo de «O Menino de Sua Mãe» de Fernando Pessoa, a leitura da «reportagem de guerra» publicada na revista *Grande Reportagem* de Julho 2004. Intitulada «Quem tramou as crianças», destaca-se o seguinte texto: «Allah, de 12 anos, vive no meio dos destroços da Faixa de Gaza. Não faz planos para o futuro, só sabe que antes de morrer quer “matar

alguns israelitas”.»⁴⁷ Para o estudo da poesia de Fernando Pessoa, os autores deste manual poderiam certamente ter encontrado uma actividade pedagógica e literária melhor...

Em síntese, a imagem do Judaísmo que emerge da análise dos manuais escolares consultados é essencialmente negativa: uma religião «fanática» e «intolerante», um povo de «proverbial apego ao dinheiro», que edificou um país que «há meio século fomenta a violência». Evidentemente, nem todos os manuais reflectem esta visão. Mas, na grande maioria, os judeus, ausentes da história como agentes activos, estão representados nos manuais essencialmente como vítimas da Inquisição e do Holocausto – afinal, o único papel histórico que lhes é reconhecido com alguma empatia...

Conclusão

Num documento sobre a religião e o ensino público, a Associação República e Laicidade (R&L), que milita contra a «demasiadamente evidente falta de laicidade que continua a enformar a nossa escola pública», escreve o seguinte:

À escola deve incumbir ensinar a ciência e não difundir a fé, cultivar o conhecimento e não celebrar a crença, estimular a investigação e não exercer o catecismo, suscitar o debate e não impor a convicção, favorecer a crítica e não praticar a censura, induzir a criatividade e não estabelecer o dogma [...].⁴⁸

Certíssimo. Só que a R&L combate contra moinhos de vento. A verdade é que a secularização da sociedade e a militância laicista esvaziaram os programas escolares da investigação e da reflexão sobre o fenómeno religioso, identificando-o com «o dogma e o catecismo». Se censura há, ela exerce-se sobre o ensino das religiões, em nome de «induzir a criatividade e favorecer a crítica». E os manuais escolares mais não fazem do que reflectir as consequências de uma visão que erradicou a religião do espaço e do ensino públicos.

É evidente que a questão do tratamento das religiões nos programas e manuais escolares não é de simples resolução. Em Estados não confessionais, que não professam, nem privilegiam nenhuma religião em especial, em que cada cidadão é livre de escolher e praticar a religião da sua escolha, como acontece na maioria dos Estados democráticos, não é fácil equacionar no sistema educativo um espaço para o ensino do fenómeno religioso, que não se confunda com a disciplina opcional de educação moral e religiosa, já prevista na Lei da Liberdade Religiosa, aprovada em 2001. Com efeito, em Portugal, «as organizações

representativas dos crentes residentes em território nacional [...] podem requerer ao membro do Governo [...] que lhes seja permitido ministrar ensino religioso nas escolas públicas do ensino básico e secundário que indicarem»⁴⁹, mediante algumas condições expressas na Lei. Apesar de denunciada por alguns, como uma distorção da «verdadeira» laicidade do ensino, esta possibilidade legal tem origem no reconhecimento por parte do Estado de que «os pais têm o direito de educação dos filhos em coerência com as próprias convicções em matéria religiosa» (art.º 11, 1) e de que a vivência religiosa pode potenciar o pleno exercício da cidadania.

Mas o ensino religioso, de carácter «catequético», não substitui de modo algum a inclusão no currículo escolar do ensino das religiões no seu contexto histórico e espiritual. O ensino religioso é uma coisa, o ensino das religiões é outra completamente diferente. E relegar o estudo das religiões apenas para a esfera religiosa privada dos crentes é alimentar a ignorância do conjunto dos cidadãos sobre um elemento estruturante da sua própria cultura e do mundo que os rodeia.

Com efeito, é inegável que a tradição abraâmica, e mais especificamente o Cristianismo, é um dos elementos constitutivos determinantes da civilização ocidental, a «estátua interior» que moldou decisivamente a cultura em que vivemos, no seu sentido mais lato de código de comportamento e sentido para a vida. Será corromper a laicidade incluir nos currículos do ensino básico e secundário o conhecimento daquilo que de certo modo faz a alma ocidental? É evidente que não! E mais ainda, num mundo globalizado e aberto, de livre circulação, de coexistência e frequentemente de confronto de culturas e religiões, torna-se indispensável não apenas o conhecimento da tradição religiosa em que vivemos, mas também o conhecimento das outras grandes tradições religiosas da humanidade. Para que a(s) religião(ões) possam ocupar no ensino público e no espaço público o lugar que sempre tiveram e continuam a ter na história da humanidade. E, acima de tudo, para que no vazio espiritual da indiferença e da ignorância não se multipliquem os falsos profetas de mundos tão radiosos quanto falsos.

NOTAS

- ¹ Síntese de um estudo realizado pela autora para a Comissão de Liberdade Religiosa, em 2007.
- ² TEIXEIRA, Maria da Ascensão e BETTENCOURT, Maria Assunção (2004), *Língua Portuguesa – 9.º ano*, vol. 2, Texto Editores, p. 52. Entretanto, por pressão da Comissão de Liberdade Religiosa, o manual foi retirado de circulação.
- ³ Citado por SACHS, Jonathan, *A Dignidade da Diferença*, Gradiva, 2006, p. 270.
- ⁴ Ao todo, foram consultados 67 manuais escolares, 36 de Português, 26 de História e 5 de Formação Cívica. É de notar que frequentemente um manual corresponde a vários livros.
- ⁵ MELO, Sofia e RIO, Manuela (2005), *A Casa da Língua – Língua Portuguesa*, 7.º, Porto Editora, p. 53.
- ⁶ NUNES, Edite Correia e DIAS, Maria Judite (2005), *Ação e Aventura – História e Geografia de Portugal – 5.º*, vol. 1, Texto Editores, p. 67.
- ⁷ OLIVEIRA, Ana Rodrigues de et al. (2002), *História – 7.º, Caderno de Apoio*, Texto Editores, Ficha 13 (As religiões explicadas às crianças ... e aos outros, excerto de José Jorge Letria).
- ⁸ Afonso Costa, *O Tempo*, n.º 12, 27/3/1911, citado, entre outros, no manual de COELHO, Júlio e MARQUES, Sebastião (2005), *História e Geografia de Portugal – Portugal: Um Presente com Passado*, 6.º, Asa Editores, pp. 80-81.
- ⁹ TEIXEIRA, Maria da Ascensão et al. (2005), *Língua Portuguesa – 7.º*, Texto Editores, p. 204.
- ¹⁰ GRINÉ, Cristina et al. (2002), *Oficina de História – 7.º*, Texto Editores, p. 174.
- ¹¹ COUTO, Célia Pinto do e ROSAS, Maria Antónia M. (2003), *O Tempo da História – 10.º, 2.ª Parte*, Porto Editora, p. 130.
- ¹² NEVES, Pedro Almiro et al. (2004), *Novo Clube de História – 7.º, Parte 1*, Porto Editora, p. 130.
- ¹³ SILVA, Maria de Fátima e DIAS, João Alves (2003), *História e Geografia de Portugal, 5.º – A Grande Viagem*, Santillana Constância, p. 13.
- ¹⁴ COELHO, Júlio e ALVES Sebastião (2005), *História e Geografia de Portugal – Portugal: Um Presente com Passado*, 5.º, Asa Editores, p. 42.
- ¹⁵ OLIVEIRA, Ana Rodrigues de et al. (2004), *História e Geografia de Portugal – 5.º*, vol. 1, Texto Editores, p. 32.
- ¹⁶ NUNES, Edite Correia e DIAS, Maria Judite (2005), *Ação e Aventura – História e Geografia de Portugal, 5.º*, vol. 1, Texto Editores, p. 55.
- ¹⁷ COSTA, Fátima e MARQUES, Alberto (2005), *História e Geografia de Portugal – 5.º*, Porto Editora, p. 97.
- ¹⁸ COELHO, Júlio e MARQUES, Sebastião (2005), *História e Geografia de Portugal – Portugal: Um Presente com Passado*, 6.º, Asa Editores, p. 64.
- ¹⁹ JACINTO, Elizabeth et al. (2004), *Ciências Sociais e Formação Cívica 1, 2, 3 e 4*, Plátano, p. 212.
- ²⁰ COUTO, Célia Pinto do e ROSAS, Maria Antónia M. (2005), *O Tempo da História – 12.º, Parte 2*, Porto Editora, p. 195.
- ²¹ COSTA, Fátima e MARQUES, Alberto (2005), *História e Geografia de Portugal – 5.º*, Porto Editora, p. 53.
- ²² MELO, Sofia e RIO, Manuela (2003), *A Casa da Língua – Língua Portuguesa*, 8.º, Porto Editora, p. 91.
- ²³ SILVA, Maria de Fátima e DIAS, João Alves (2003), *História e Geografia de Portugal, 5.º – A Grande Viagem*, Santillana Constância, p. 54.
- ²⁴ COELHO, Júlio e ALVES Sebastião (2005), *História e Geografia de Portugal – Portugal: Um Presente com Passado*, 5.º, Asa Editores, p. 56.

- ²⁵ OLIVEIRA, Ana Rodrigues *et al.* (2002), *História – 7.º*, Texto Editores, p. 148.
- ²⁶ COUTO, Célia Pinto do e ROSAS, Maria Antónia M. (2003), *O Tempo da História, História A – 10.º, 2.ª Parte*, Porto Editora, p. 25.
- ²⁷ TEIXEIRA, Maria Ascensão *et al.* (2002), *Língua Portuguesa – 7.º*, Texto Editores, p. 110 – excerto do *Expresso*.
- ²⁸ PALMA, Constança e PAIXÃO, Sofia (2003), *Ponto e Vírgula – Língua Portuguesa, 8.º*, Texto Editores, p. 67.
- ²⁹ GARRIDO, Ana *et al.* (2005), *Antologia, Português – 10*, Lisboa Editora, p. 201.
- ³⁰ GRINÉ, Cristina *et al.* (2004), *Oficina da História – 7.º*, Texto Editores, p. 186.
- ³¹ NUNES, Edite Correia e DIAS, Maria Judite (2005), *Ação e Aventura – História e Geografia de Portugal, 5.º*, vol. 1, Texto Editores, p. 67.
- ³² COUTO, Célia Pinto do e ROSAS, Maria Antónia M. (2005), *O Tempo da História – 12.º, Parte 3*, Porto Editora, p. 66.
- ³³ COUTO, Célia Pinto do e ROSAS, Maria Antónia M. (2005), *O Tempo da História – 12.º, Parte 3*, Porto Editora, p. 127.
- ³⁴ NEVES, Pedro Almiro *et al.* (2006), *Cadernos de História – 10.º*, vol. 1, Porto Editora, excerto de «Primeiras Notas de Filosofia», p. 99.
- ³⁵ NEVES, Pedro Almiro *et al.* (2006), *Cadernos de História – 10.º*, vol. 1, Porto Editora, excerto da «História Geral da Europa», p. 104.
- ³⁶ NEVES, Pedro Almiro *et al.* (2006), *Cadernos de História – 10.º*, vol. 1, Porto Editora, p. 98.
- ³⁷ MELO, Sofia e RIO, Manuela (2004), *A Casa da Língua – Língua Portuguesa, 9.º*, Porto Editora, p. 244.
- ³⁸ COSTA, Fernanda e MAGALHÃES, Olga (2004), *Com Todas as Letras, Língua Portuguesa – 9.º*, Porto Editora, pp. 103 e 104.
- ³⁹ COSTA, Fernanda e MAGALHÃES, Olga (2004), *Com Todas as Letras, Língua Portuguesa – 9.º*, Porto Editora, citação de texto de Mário Fiúza, p. 123.
- ⁴⁰ OLIVEIRA, Ana Rodrigues *et al.* (2003), *História – 8.º*, Texto Editores, p. 76.
- ⁴¹ OLIVEIRA, Ana Rodrigues *et al.* (2005), *História – 9.º*, Texto Editores, p. 98.
- ⁴² GRINÉ, Cristina *et al.* (2004), *Oficina da História – 7.º*, Texto Editores, p. 181.
- ⁴³ COSTA, Fátima e MARQUES, Alberto (2005), *História e Geografia de Portugal – 5.º*, Porto Editora, p. 60.
- ⁴⁴ COSTA, Maria José e TRAÇA, Maria Emília (2005), *Passa Palavra, Língua Portuguesa – 6.º*, Porto Editora, p. 131.
- ⁴⁵ COSTA, Fernanda e MAGALHÃES, Olga (2004), *Com Todas as Letras, Língua Portuguesa – 9.º*, Porto Editora, texto de Roby Amorim, p. 146.
- ⁴⁶ GUERRA, João Augusto da Fonseca e VIEIRA, José Augusto da Silva (2005), *Aula Viva – 9.º ano*, Porto Editora, p. 175.
- ⁴⁷ BRAGA, Zaida, RAMOS, Auxília e PARDINHAS, Elvira (2005), *Abordagens – 12.º*, Porto Editora, p. 43.
- ⁴⁸ Luís Mateus, «Escola e laicidade», 2005.
- ⁴⁹ *Diário da República*, I Série-A, n.º 143, 22 de Junho de 2001 (Lei da Liberdade Religiosa – Lei n.º 16/2001 de 22 de Junho).

BIBLIOGRAFIA

MANUAIS CITADOS:

- BRAGA, Zaida, RAMOS, Auxília e PARDINHAS, Elvira (2005), *Abordagens – 12.º*, Porto Editora.
- COELHO, Júlio e ALVES Sebastião (2005), *História e Geografia de Portugal – Portugal: Um Presente com Passado, 5.º*, Asa Editores.
- COELHO, Júlio e MARQUES, Sebastião (2005), *História e Geografia de Portugal – Portugal: Um Presente com Passado, 6.º*, Asa Editores.
- COSTA, Fátima e MARQUES, Alberto (2005), *História e Geografia de Portugal – 5.º*, Porto Editora.
- COSTA, Fernanda e MAGALHÃES, Olga (2004), *Com Todas as Letras, Língua Portuguesa – 9.º*, Porto Editora.
- COSTA, Maria José e TRAÇA, Maria Emília (2005), *Passa Palavra, Língua Portuguesa – 6.º*, Porto Editora.
- COUTO, Célia Pinto do e ROSAS, Maria Antónia M. (2003), *O Tempo da História, História A – 10.º, 2.ª Parte*, Porto Editora.
- COUTO, Célia Pinto do e ROSAS, Maria Antónia M. (2005), *O Tempo da História – 12.º, Parte 2*, Porto Editora.
- COUTO, Célia Pinto do e ROSAS, Maria Antónia M. (2005), *O Tempo da História – 12.º, Parte 3*, Porto Editora.
- COUTO, Célia Pinto do e ROSAS, Maria Antónia M. (2003), *O Tempo da História – 10.º, 2.ª Parte*, Porto Editora.
- GARRIDO, Ana *et al.* (2005), *Antologia, Português – 10*, Lisboa Editora.
- GRINÉ, Cristina *et al.* (2002), *Oficina de História – 7.º*, Texto Editores.
- GRINÉ, Cristina *et al.* (2004), *Oficina da História – 7.º*, Texto Editores.
- GUERRA, João Augusto da Fonseca e VIEIRA, José Augusto da Silva (2005), *Aula Viva – 9.º ano*, Porto Editora.
- JACINTO, Elizabete *et al.* (2004), *Ciências Sociais e Formação Cívica 1, 2, 3 e 4*, Plátano.
- MELO, Sofia e RIO, Manuela (2003), *A Casa da Língua – Língua Portuguesa, 8.º*, Porto Editora.
- MELO, Sofia e RIO, Manuela (2004), *A Casa da Língua – Língua Portuguesa, 9.º*, Porto Editora.
- MELO, Sofia e RIO, Manuela (2005), *A Casa da Língua – Língua Portuguesa, 7.º*, Porto Editora.

- NEVES, Pedro Almiro *et al.* (2004), *Novo Clube de História – 7.º, Parte 1*, Porto Editora.
- NEVES, Pedro Almiro *et al.* (2006), *Cadernos de História – 10.º*, vol. 1, Porto Editora.
- NUNES, Edite Correia e DIAS, Maria Judite (2005), *Acção e Aventura – História e Geografia de Portugal, 5.º*, vol. 1, Texto Editores.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues de *et al.* (2002), *História – 7.º, Caderno de Apoio*, Texto Editores.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues de *et al.* (2003), *História – 8.º*, Texto Editores.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues de *et al.* (2004), *História e Geografia de Portugal – 5.º*, vol. 1, Texto Editores.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues de *et al.* (2005), *História – 9.º*, Texto Editores.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues *et al.* (2002), *História – 7.º*, Texto Editores.
- PALMA, Constança e PAIXÃO, Sofia (2003), *Ponto e Vírgula – Língua Portuguesa, 8.º*, Texto Editores.
- SILVA, Maria de Fátima e DIAS, João Alves (2003), *História e Geografia de Portugal, 5.º – A Grande Viagem*, Santillana Constância.
- TEIXEIRA, Maria Ascensão *et al.* (2002), *Língua Portuguesa – 7.º*, Texto Editores.
- TEIXEIRA, Maria da Ascensão *et al.* (2005), *Língua Portuguesa – 7.º*, Texto Editores.
- TEIXEIRA, Maria da Ascensão e BETTENCOURT, Maria Assunção (2004), *Língua Portuguesa – 9.º ano*, vol. 2, Texto Editores.

OUTRAS OBRAS:

- Diário da República*, I Série-A, n.º 143, 22 de Junho de 2001 (Lei da Liberdade Religiosa – Lei n.º 16/2001 de 22 de Junho).
- SACHS, Jonathan, *A Dignidade da Diferença*, Lisboa: Gradiva, 2006.